

**MUNICÍPIO DE IPUBI- PE**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2019**  
**PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 002/2019**

**PREÂMBULO**

**O MUNICÍPIO DE IPUBI NO ESTADO DE PERNAMBUCO**, torna público aos interessados, que o Pregoeiro e a equipe de apoio, designados pela Portaria n.º 001/2019, estará reunida **às 08:00 (oito) horas, do dia 30 de janeiro de 2019**, na Sala da Comissão Permanente de Licitações e Contratos na Sede da Prefeitura Municipal de Ipubi-PE, na Pça. Agamenon Magalhães, s/n, centro, Ipubi- PE. CEP. 56.260-000, ou pelo Telefone Telefax (0xx87) 3881-1156, ou ainda pelo E-mail: **e-mail: [wilsonipublicitacao@hotmail.com](mailto:wilsonipublicitacao@hotmail.com)**, a fim de realizar licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº 002/2019**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para fornecimento de gêneros alimentícios destinados a merenda escolar dos alunos da rede pública municipal, pelo período de 11 meses, com entrega de forma parcelada, para atender as necessidades da secretaria municipal de educação, no exercício de 2019, conforme objeto descrito neste Edital, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 – Lei que Regulamenta o Pregão e legislação correlata aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações posteriores e demais exigências deste Edital e seus anexos:

**Anexo I - Termo de Referência**

**Anexo II- Especificações dos Produtos**

**Anexo III- Minuta do Contrato**

**Anexo IV- Modelo de Declaração que cumpre as exigências de habilitação**

**Anexo V- Modelo de Carta Proposta da Licitante**

**Anexo VI- Modelo de Planilha de Preços**

**Anexo VII- Modelo de Carta de Apresentação da Documentação**

**Anexo VIII- Modelo que não Emprega Menor**

**Anexo IX- Modelo de Credenciamento**

**Anexo X- Recibo de retirada do edital**

## **1.0 - DO OBJETO**

**1.1** O objeto do presente Pregão consiste na contratação de empresa do ramo pertinente para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados a merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino do Programa PNAE, Ensino Fundamental, Pré-Escolar, Novo Mais Educação, EJA, Bralf e Pnap e Creche - do Município de Ipubi, para o exercício de 2019, devidamente relacionados e especificados no Termo de Referência Anexo – I e especificações dos produtos.

## **2.0 - DIA, HORA E LOCAL DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO**

**2.1-** O recebimento da documentação será efetuado da seguinte forma:

**2.1.1-** No dia 30 de janeiro de 2019, às 08:00 horas, recebimento dos envelopes contendo as propostas de preços, documentos de habilitação dos interessados credenciados, que deverão ser entregues em envelopes separados e fechados.

**2.1.2-** O endereço para entrega da documentação e abertura dos envelopes é Pça Agamenon Magalhães, s/n, centro, Ipubi-PE, CEP 56.260-000.

**2.2-** Para ordenamento dos trabalhos, a critério do pregoeiro e da equipe de apoio, os trabalhos serão ordenados da seguinte forma:

**2.2.1-** No dia 30 de janeiro de 2019 até às 08:00 horas recebimento dos documentos para credenciamento.

**2.2.2-** Depois de declaradas as empresas credenciadas ou não, serão solicitados os **envelopes de nº 01 Propostas de Preços e Envelope nº 02 Habilitação** de todos os licitantes, os quais serão rubricados por todos os presentes.

**2.2.3-** Depois de rubricados os envelopes, serão abertos os envelopes para o Mapa de Apuração de Preços.

**2.2.4-** Apurados todos os preços de todos os licitantes, poderá o pregoeiro e sua equipe de apoio remarcar novas datas e horários para que sejam ofertados lances verbais.

**2.2.5-** Ofertados lances verbais por item serão então, abertos os envelopes de habilitação da vencedora daquele item rubricados os documentos neles contidos e julgados sobre sua **habilitação** ou **inabilitação**.

### **3.0 - DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO**

**3.1-** Poderão participar deste Pregão as empresas que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão Presencial, legalmente constituídas e que satisfaçam as condições estabelecidas neste Edital.

**3.2-** A Participação na licitação importa total e irrestrita submissão dos proponentes às condições deste Edital.

**3.3- Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, nesta licitação:**

**3.3.1-** Empresas que se encontrem em processo de falência, de dissolução, de fusão, decisão ou de incorporação, estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação por qualquer órgão da Administração Pública, Municipal bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Prefeitura de Ipubi - PE ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**3.3.2-** Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada a Prefeitura Municipal de Ipubi - PE, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

**3.3.3-** A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeitar-se-á as penalidades cabíveis.

**3.4** - A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores, deverá apresentar, *fora dos envelopes*, no momento do credenciamento, Certidão expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se assim o for, (ME OU EPP) na forma do art. 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, não sendo aceito outros tipos de certidões ou documentos correlatos.

**3.5**- Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento do objeto licitado não serão consideradas para reclamações futuras ou de forma a desobrigar a sua execução.

#### **4.0 - REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO**

**4.1**- Antes do início da sessão, os representantes interessados em participar do certame, deverão se apresentar para credenciamento junto a Equipe de apoio, devidamente munidos de documentos que os credenciem a participar desta licitação, inclusive com “**DECLARAÇÃO**” que lhes dê poderes para formulação de ofertas e lances verbais, nos termos previstos pelo inciso IV, do artigo 11, do Decreto nº 3.555/2000, modelo (**Anexo IX**)

**4.2**- Cada licitante credenciará representante que será admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder por todos os atos e efeitos previstos neste edital, por sua representada.

**4.3**- Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma licitante.

**4.4**- O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular da seguinte forma:

a) **Tratando-se de representante legal** - estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, devidamente registrado na Junta Comercial, ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) **Tratando-se de procurador** - instrumento de procuração público ou particular, com firma reconhecida, específico para este certame, com a indicação do número do presente Processo e do Pregão Presencial, do qual constem poderes específicos para “*firmar declaração de pleno desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame*”. Referido instrumento de procuração deverá vir acompanhado de qualquer documento, dentre *atendimento aos requisitos da habilitação, formular lances, negociar preço, interpor recursos* e os indicados na alínea “a”, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

**4.5-** Os documentos de credenciamento (**cópias autenticadas por tabelião de notas ou pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, ou ainda por publicação em órgão da imprensa oficial**) deverão ser entregues fora dos envelopes, para que possam ser analisados no início dos trabalhos, antes da abertura dos envelopes “Propostas de Preços”

**4.6-** A não apresentação ou correção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento do preposto não inabilitará o licitante, mas impedirá o oferecimento de lances verbais pelo licitante durante a sessão do pregão.

**4.7-** O credenciamento dos interessados será efetuado antes da apresentação dos envelopes contendo a documentação e propostas, no mesmo local da apresentação da documentação.

**4.8-** Depois de encerrado o recebimento dos envelopes, nenhum outro envelope ou documento será aceito pelo Pregoeiro, salvo no caso do item 9.7 deste edital.

**4.9- Os documentos de credenciamento são:**

- a)- Registro Comercial, no caso de empresa individual
- b)- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c)- Inscrição de ato constitutivos, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

d)- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

e) Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica – CNPJ

f) Cópia do CPF e RG do representante legal.

## **5.0 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO**

5.1- Os conjuntos de documentos relativos à Proposta de Preço e à Habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes opacos e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante, o número do CNPJ, o objeto da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos (“Proposta de Preço” e “Documentos de Habilitação”), contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

**ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI- PE**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2019**  
**AO PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI-PE**  
**RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE:**  
**CNPJ \_\_\_\_\_**  
**Endereço, telefone/fax do licitante**  
**Data e horário**

**ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI- PE**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2019**  
**AO PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI-PE**  
**RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE:**  
**CNPJ \_\_\_\_\_**  
**Endereço, telefone/fax do licitante**  
**Data e horário**

**5.2-** A Declaração que atende todas as exigências de habilitação (**Anexo IV**), a Proposta de Preços e a Documentação de Habilitação deverão ser apresentadas no local, dia e hora determinada neste edital. Cada licitante deverá apresentar, simultaneamente, 02 (dois) conjuntos de documentos, a saber: de **Proposta de Preço** e de **Habilitação**.

**5.3-** Os documentos necessários à participação na presente licitação deverão ser apresentados em cópia autenticada por cartório competente, exceto documentos emitidos via Internet que serão confirmados através dos próprios sites, para celeridade do processo “Nenhum documento será autenticado pelo Pregoeiro ou Equipe de apoio no dia da licitação, podendo todavia, ser autenticados os documentos com a apresentação dos originais no prazo de 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura dos envelopes”.

**5.3.1-** Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à habilitação e à proposta de preço e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

**5.3.2-** Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil, por tradutor juramentado.

**5.4-** Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em *fac-símile*, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preço.

**5.5-** Qualquer cidadão poderá impugnar os termos do presente edital, por irregularidade, protocolizando o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização do Pregão, no endereço discriminado no preâmbulo deste edital, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

**5.6 -** Decairá do direito de impugnar os termos do presente edital a licitante que não protocolizar o pedido no Departamento de Protocolos da Prefeitura de Ipubi - PE, em conformidade com o disposto neste edital, até o segundo dia útil que anteceder à data de realização do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

**5.7** - A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

**5.8** - Acolhida à petição contra o ato convocatório será designada nova data para a realização do certame.

## **6.0 - DA PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE nº 01)**

### **6.1- Termo de Proposta:**

**6.1.1-A** “Proposta de Preço” deverá conter a relação dos produtos, sua discriminação conforme o edital, contendo a marca ofertada e seus respectivos preços em uma via, sem rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas, em papel devidamente identificado com o número de inscrição no CNPJ ou timbre impresso do licitante e número de telefone, devendo, suas folhas serem rubricadas e numeradas:

**6.1.2-** A indicação da razão social da empresa licitante, o número de inscrição no CNPJ de seu estabelecimento e endereço completo deverá ser o que efetivamente irá prestar o objeto da licitação.

**6.1.3-** “São facultativas as informações dos dados referentes ao número de banco, agência e conta corrente nesta etapa da licitação, sendo obrigatória, posteriormente, para licitante vencedora”.

**6.1.4** -Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei.

### **6.2 - Planilha de preços:**

**6.2.1-** A planilha de preços com especificações claras, completas e minuciosas do produto oferecido, contendo marca/distribuidora que possibilite sua avaliação com respectiva quantidade, preços unitário e total, expressa em real (R\$), em algarismos e por extenso, expressos em moeda corrente nacional, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como, todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, e qualquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o fornecimento dos bens constantes da proposta, durante a vigência do contrato.

**6.2.2-** Declaração expressa de que nos preços contidos a proposta escrita e naqueles itens que, porventura, vierem a ser ofertados por meios de lances verbais estão incluídos todos os custos e despesas, tais como: impostos, taxas, royalties, frete e outros, conforme anexo V- Carta Proposta da Licitante.

**6.2.3-** Ocorrendo discrepância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros, devendo o Pregoeiro proceder as correções necessárias.

**6.2.4-** O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias a partir da data marcada para entrega dos envelopes de documentação e de proposta de preços, independente da declaração do licitante.

**6.2.5-** O prazo e local de entrega dos produtos será em conformidade com o determinado no anexo I – Termo de Referência do presente edital, não podendo ser superior a 03 (três) dias corridos após a emissão da nota de compra/fornecimento.

**Parágrafo Primeiro-** A proposta de preços, bem como todas declarações exigidas neste edital, deverá ser obrigatoriamente assinada pelos representantes legais das empresas, ou seja, pelo(s) sócio(s) administrativo(s) da empresa com poderes para tal.

**Parágrafo segundo** – As adequações dos preços propostos por lances verbais feitos pelos representantes deverão da mesma forma ser assinados pelos representantes legais da empresa, ou seja, pelo(s) sócio(s) administrativo(s) da empresa com poderes para tal.

**Parágrafo terceiro-** O contrato a ser firmado com a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) da mesma forma ser(em) assinado(s) pelo(s) representante(s) legal(is) da empresa, ou seja, pelo(s) sócio(s) administrativo(s) da empresa com poderes para tal.

**Parágrafo quarto-** Os demais documentos, como ata, pareceres, relatórios, pedido de impugnações, etc, poderão ser assinados pelos representantes com procuração por lei.

Obs. As exigências citadas nos parágrafos 1º e 3º, se faz necessário para conhecimento e confirmação das responsabilidades assumidas pelas empresas licitantes.

---

## **7.0- DAS AMOSTRAS E CRITÉRIOS ADOTADOS PARA ANÁLISE**

**7.1-** A critério da Nutricionista do Município de Ipubi, os Licitantes vencedores deste pregão, poderão entregar até a data de assinatura do contrato, na Secretaria Municipal de Educação do Município de Ipubi, no horário de 08:00 às 12:00 horas, de segunda a sexta-feira, 01 (uma) amostra de cada produto vencedor, em embalagem igual à que será entregue por ocasião do fornecimento, devidamente identificadas de acordo com sua proposta de preços.

## **8- DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

**8.1-** Os licitantes deverão cotar o item com o preço unitário e global.

## **9- DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES**

**9.1-** A reunião para recebimento da documentação e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e documentos de habilitação será pública e dirigida pelo Pregoeiro do município conforme portaria 001/2019.

**9.2-** Declarada a abertura da sessão pelo pregoeiro para recebimento dos envelopes de propostas de preços e documentos de habilitação, não mais serão admitidos novos proponentes, além dos já credenciados, dando-se início ao recebimento dos envelopes.

**9.3-** Serão abertos os envelopes contendo as **Propostas de Preços** que serão lidas por item, conferidas e rubricadas pelo Pregoeiro e pelos participantes que o desejarem, procedendo à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

## **10- DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO, FORMULAÇÃO DE LANCES E DA ADJUDICAÇÃO.**

**10.1** – No horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, será aberta a sessão de processamento do pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame;

**10.2**– Declaração aberta à sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos licitantes, dando-se início ao recebimento dos envelopes;

**10.3**– Após o credenciamento, os licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e, em envelopes separados, a Proposta de Preços (ENVELOPE Nº 01) e os Documentos de Habilitação (ENVELOPE Nº 02);

**10.4** – Serão abertos os envelopes contendo as PROPOSTAS DE PREÇOS, sendo feita a sua conferência e posterior rubrica; pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelos representantes legais dos licitantes presentes à sessão;

**10.5**– O Pregoeiro examinará, com auxílio da Equipe de Apoio, a aceitabilidade do menor preço e a compatibilidade dos aquisição dos produtos destinados as para atender as necessidades da secretaria municipal de educação, com entrega de forma parcelada, ofertados nas propostas com o especificado no Edital, decidindo motivadamente a respeito. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

**a)**- Cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no Edital;

**b)**- Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta dos demais licitantes;

**c)**- Que apresentem preço excessivo ou manifestamente inexequível.

**10.6** – No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários e por escrito. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta;

**10.7** – Para o julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de menor preço. As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

**a)**- Seleção das propostas com menor e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores aqueles;

**b)** Não havendo pelo menos 03 (três) propostas de preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três), independentemente do valor. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, seja qual for o número de licitantes;

**c)** No caso de empate entre duas ou mais propostas, será efetuado sorteio para definição da sequência de lances, com a participação de todos os licitantes;

**10.8** – O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor;

**10.9** – Os lances ofertados deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

**10.10** – A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances;

**10.11** – Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas dos licitantes que efetuaram lances ou não, na ordem crescente dos valores;

**10.12** – O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço;

**10.13** – Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresa e empresas de pequeno porte, sendo que se entende por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada (§ 1º, art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006).

**10.13.1-** Ocorrendo empate, serão adotados os seguintes procedimentos:

**a)-** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

**b)-** Se a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada não oferecer proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, serão convocadas as remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c)- No caso de serem idênticos os valores das propostas originais apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte, e desde que sejam propostas que se enquadrem nos critérios de “equiparação a empate” com a proposta vencedora do certame, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**10.13.2** – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão (LC 123/2006, art. 45, §3º).

**10.13.3** – Se não for possível, mediante a adoção dos procedimentos acima explicados nas alíneas “a”, “b” e “c”, obter uma proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha preço inferior àquela considerada vencedora do certame, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame (LC 123/2006, art. 45, §1º).

**10.13.4** – Em qualquer caso, os procedimentos explicados acima, nas alíneas “a”, “b” e “c”, somente se aplicam quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte (LC 123/2006, art. 45, §2º).

**10.14** – A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante (**valor estimado por item**), constante deste processo licitatório;

**10.15** – Caso o Pregoeiro julgue conveniente, a seu critério exclusivo, poderá suspender a reunião em qualquer fase a fim de que tenha melhores condições de analisar as propostas ou documentos apresentados, encaminhando-os às áreas envolvidas para manifestação, ou para promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, desde que não implique em inclusão de documento ou informação que deveria constar inicialmente; devendo proceder ao registro em ata, da suspensão dos trabalhos e a continuidade dos mesmos;

**10.16** – Considerada aceitável a oferta de menor valor, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor;

**10.17** – A verificação da habilitação será certificada pelo Pregoeiro, no final do último lance de cada item e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada;

**10.18**– A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação da habilitação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o licitante será inabilitado;

**10.19** – Se a oferta não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor;

**10.20**– Todas as propostas e os documentos de habilitação serão rubricados, obrigatoriamente, pelo **Pregoeiro**, pela Equipe de Apoio e pelos representantes legais dos licitantes presentes à sessão deste **Pregão**;

**10.21**– Ultrapassada a fase de análise das propostas e abertos os envelopes contendo a Documentação, não caberá desclassificar os licitantes por motivo relacionado com a proposta, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento;

**10.22**– No encerramento de quaisquer das sessões, será lavrada ata de reunião, para assentamento de fatos relevantes que ocorreram, que deverá ser assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelos representantes legais e/ou procuradores dos licitantes presentes;

**10.23**– Toda e qualquer declaração feita pelos representantes legais e/ou procuradores dos licitantes deverá constar em ata. Não terá validade qualquer reclamação posterior sobre assuntos relacionados com a sessão respectiva que não tiverem registro na referida ata;

**10.24**– Constatado o atendimento aos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do(s) item(ns) ofertado(s);

**10.25** – Se todas as propostas forem desclassificadas ou todos os licitantes inabilitados, o Pregoeiro poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis, nos termos do art. 48, §3º, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, para apresentação de outras propostas ou nova documentação, escoimadas das causas da desclassificação ou inabilitação.

**10.26-** Da sessão do Pregão será lavrada ata circunstância, que mencionará os licitantes credenciados, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma assinada, ao final, pelo Pregoeiro sua equipe de apoio e pelo(s) representante(s) credenciado(s) do(s) licitante(s) presente(s) à sessão ou por representantes entre eles escolhidos, sendo o número mínimo de dois ou três licitantes.

**10.27-** Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a Administração e nem firam os direitos dos demais licitantes.

**10.28-** Ao final da sessão, caso não haja intenção de interposição de recurso e o preço final seja igual ou inferior ao previsto para a aquisição dos produtos, será feita, pelo Pregoeiro, a adjudicação ao licitante declarado vencedor do certame e encerrada a reunião. Posteriormente, o processo devidamente instruído, será encaminhado para a secretaria competente para homologação e subsequente contratação.

**10.29-** Será publicado com afixação no Quadro de Avisos desta Prefeitura Municipal de Ipubi-PE, o resultado desta licitação com a classificação dos licitantes.

## **11- DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS**

**11.1-** Os preços a serem cotados deverão levar em conta os praticados pelas estimativas em poder do Pregoeiro do Município, atendidos as peculiaridades locais.

**11.2-** Os preços deverão ser cotados por unidade e global.

**11.3-** Deverão ser computados nos preços propostos do fornecimento do produto, todos os tributos, encargos, royalties, taxas, seguros e impostos, inclusive fretes, carregos e descarregos, que serão de total responsabilidade da proponente.

11.4- Os preços máximos admitidos por item são os valores estimados pela Secretaria Municipal de Educação, que ficará sob a guarda do Pregoeiro para classificação final das propostas e negociação de preços com os licitantes.

#### **11.5- DA ADEQUAÇÃO DA PROPOSTA VENCEDORA**

**11.5.1- O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá adequar sua proposta ao seu lance ou negociação no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados, da data da realização do pregão. A não apresentação ensejará aplicação das penalidades legalmente previstas, bem como na sua desclassificação.**

11.5.2- A adequação da proposta deverá atender a todos os requisitos estabelecidos no Termo de Referência.

#### **12- DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE 02)**

12.1- Os proponentes deverão apresentar no **Envelope nº 02 “Documentos de Habilitação”**, os documentos que demonstrem, atendimento as exigências que são indicadas a seguir.

12.2- Os documentos exigidos para habilitação, salvo aqueles emitidos pela própria licitante, deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia desde que autenticada por tabelião de notas ou pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, ou ainda por publicação em órgão da imprensa oficial, reservado ao Pregoeiro e Equipe de Apoio o direito de exigir a apresentação dos originais, a seu critério.

12.2.1- A autenticação de documentos pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, mencionada no subitem 12.2 deste Edital, dependerá sempre da disponibilidade de tempo deste, considerando o volume de serviços que estiver a cargo do mesmo e deverá ser providenciada pela licitante até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para entrega dos documentos de habilitação, observando-se que o documento autenticado já deverá estar no ato da entrega, contido no respectivo envelope lacrado.

**12.2.2-** No caso da documentação ser autenticada no momento do pregão, os originais deverão estar contidos, juntamente com as cópias, dentro do envelope lacrado, podendo ocorrer à necessidade da retenção dos originais pelo período de até 48 horas, dependendo da disponibilidade do Pregoeiro e Equipe de Apoio. As cópias serão vistoriadas por todos os licitantes e pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, porém, poderão receber o carimbo de autenticidade no prazo previsto acima.

**12.3-** Em se tratando de documentos obtidos pela licitante via internet, os mesmos poderão ser apresentados em cópias, considerando que suas autenticidades ficarão condicionadas à verificação (consulta pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio junto à internet).

**12.4-** A documentação apresentada deve comprovar:

#### **12.4.1- RELATIVAMENTE A SITUAÇÃO JURÍDICA**

a) Cópia da Cédula de identidade e do CPF (Cadastro de Pessoa Física) do representante legal da empresa.

b)- Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

c)- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**12.4.1.2-** Apresentar atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, reconhecidamente idônea, que ateste haver a licitante prestado ou vir prestando de forma satisfatória, fornecimento compatível com as características com o presente certame.

#### **12.4.3- RELATIVO A REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

a)- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda CNPJ;

**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI**  
**CNPJ Nº 11.040.896/0001-59**

- b)- Prova de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Federal (Certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos Federais e a Dívida Ativa da União fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda e pela Procuradoria da Fazenda Nacional); Podendo ser emitida pelo site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br), com validade de 180 (cento e oitenta) dias a contar da sua emissão;
- c)- Prova de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante através da apresentação da respectiva certidão negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do estado do licitante;
- d)- Prova de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante através da apresentação da respectiva certidão negativa expedida pelo setor competente da administração municipal da sede do licitante;
- e)- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS-CRF), fornecido pela Caixa Econômica Federal, conforme dispositivo da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, c/c artigo 29, inciso IV da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; ou por meio eletrônico no site da Caixa: [www.caixa.com.br](http://www.caixa.com.br). Ambas terão prazo de validade de 30 (trinta) dias da data de sua emissão;
- f)- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº .452, de 1º de maio de 1943." (NR), LEI Nº 12.440, de 7 de julho de 2011.
- g)- Certidão Negativa de Protesto de Títulos emitida pelo(s) Cartório(s) de Protesto onde se localiza a sede da empresa licitante, com data de no máximo 30 (trinta) dias anteriores a data de realização desta licitação.
- h)- Certidão Negativa de Falência ou Concordata, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, relativa aos últimos cinco anos, **relativo a processos físicos e eletrônicos, salvo nesse último caso se não foi implantado o PJE na sede da licitante, com certidão do distribuidor informando tal fato**, com data de emissão há, no máximo, 30 (trinta) dias da entrega do envelope "DOCUMENTAÇÃO", quando outro prazo não constar na certidão.

i)- Licença/Alvará de Funcionamento em vigor, expedido pelo órgão estadual ou municipal competente.

**12.4.3.1-** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**12.4.3.2-** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43 § 1º da LC/123/06).

**12.4.3.3-** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 12.4.3.2, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666/1993, sendo facultado a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

#### **12.4.4- RELATIVAMENTE À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA**

a) Comprovar possuir capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo não inferior a 10% (dez por cento) do valor total de sua proposta referente aos itens cotados, devendo a comprovação ser feita relativamente à data de apresentação da proposta na forma da Lei, por meio de balanço patrimonial e demonstrativos contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, em conformidade com o art. 31 da Lei 8.666/93.

b)- Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI**  
**CNPJ Nº 11.040.896/0001-59**

b1) Fica facultado a apresentação do Balanço Patrimonial (sub-item b)) as empresas que declararem serem ME e/ou EPP, tendo seus direitos resguardados no Art. 3º do Decreto Federal nº 6.204 de setembro de 2007, que regulamenta a Lei Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

c)- O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis quando apresentado, deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente e pelo Diretor da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

d)- A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) iguais ou maiores que 1 (um), resultante da aplicação das fórmulas abaixo:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

e)- Fica facultado à licitante apresentar acerca do seu balanço e demonstrações financeiras, parecer de empresa especializada de auditoria.

f)- Quando se tratar de empresa individual ou sociedade por cotas de responsabilidade limitada, a administração se reservará ao direito de exigir a apresentação do livro diário onde o balanço fiscal foi transcrito, para efeito de extração dos parâmetros para o julgamento e verificação dos valores apresentados e calculados pelas licitantes.

g)- Quando se tratar de empresa com menos de 01 (um) ano de atividade, o balanço a ser apresentado será o Balanço de Abertura.

**12.5- OS LICITANTES DEVERÃO APRESENTAR AINDA:**

a)- Declaração de cumprimento das condições de habilitação do pregão presencial (anexo III)

b)- Declaração de cumprimento das condições de habilitação para microempresas e empresas de pequeno porte (anexo IV).

c)- Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, na forma do § 2º, do art. 32 da Lei n.º 8.666/93, alterado pela Lei n.º 9.648/98. e Instrução Normativa MARE n.º 5/95, republicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 1996, (Anexo VI);

d)- Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de funcionários, empregados menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal); conforme modelo constante deste edital (anexo VII)

e)- Comprovação de que a pessoa que assinou a declaração exigida na alínea “a” deste item tem poderes para tal.

**12.6-** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos;

**12.7-** Os documentos só poderão ser apresentados com cópias autenticadas, conforme consta no Item 12.2 do Edital, exceto os documentos expedidos pela Internet, cujas autenticidades deverão ser confirmadas mediante consulta ao respectivo site, que o expediu ou por publicação em órgão de imprensa oficial;

**12.8-** Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente. Os documentos relativos a regularidade fiscal e qualificação econômico-financeiras, que não possuem prazo de validade, somente serão aceitos os emitidos com data não excedente a 30 (trinta) dias de antecedência da data prevista para a apresentação das propostas;

**12.9-** A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos arts. 42 à 45 da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações posteriores, deverá apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, Certidão expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se assim o for (ME ou EPP) na forma do art. 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro de Comércio – DNRC, não sendo aceito outros tipos de certidões ou documentos correlatos;

**12.10-** No caso de microempresas ou empresas de pequeno porte serão observadas as disposições dos artigos 42 e 43 da LC 123/2006;

### **13. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**13.1-** Em se tratando o licitante de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, o mesmo deverá apresentar, no momento do Credenciamento, para que possa gozar do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, a seguinte documentação:

I – empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei nº 9.317/96:

a) comprovante de opção pelo Simples obtido através do *site* da Secretaria da Receita Federal,

***<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>***;

b) declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do Artigo 3º, da Lei Complementar 123/06.

II – empresas não optantes pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei nº 9317/96:

a) balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II, do Artigo 3º, da LC 123/06;

b) cópia da Declaração de Informação Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;

c) comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

d) cópia do contrato social e suas alterações; e

e) declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º, do Artigo 3º, da LC 123/06.

**13.2** Toda a documentação relacionada no subitem 12.1, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderá ser substituída por certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103, publicado no Diário Oficial do dia 22/05/2007.

**13.3-** Todos os documentos referentes à comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para fins de obtenção do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverão ser apresentados fora dos envelopes de Proposta de Preços e de Documentos de Habilitação.

#### **14- DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

**14.1-** Até 02 (dois) dias úteis da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

**14.2-** caberá ao pregoeiro decidir sobre o pedido de impugnação do edital no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme estabelecido no § 1º do art. 12 do Decreto 3.555/2000.

**14.3-** Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

---

## **15- DOS RECURSOS E DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO**

**15.1-** Após o final da sessão, depois de declarado(s) o(s) licitante(s) vencedor(es) do certame, qualquer licitante quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção de interpor recurso, com registro em ata da síntese de suas razões, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões do recurso em forma de memoriais, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

**15.2-** A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante em recorrer ao final da sessão, importará a preclusão do direito de recurso e a adjudicação do objeto do certame pelo(a) Pregoeiro(a) ao licitante vencedor e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

**15.3-** Interposto o recurso, o(a) Pregoeiro(a) poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

**15.4-** O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, aplicando-se subsidiariamente o § 2º do art. 109, da Lei 8.666/93.

**15.5-** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento.

**15.6-** Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

**15.7** A adjudicação será feita por item.

## **16- DO CONTRATO**

**16.1-** As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas por termo de contrato específico, celebrado entre o município de Ipubi, representado pelo(s) secretário(s) ordenadores de despesas (doravante denominado contratante) e o licitante vencedor (doravante denominado contratada), que observará os termos da Lei 8.666/93, deste edital e demais normas pertinentes, cuja minuta foi submetida a exame prévio da assessoria jurídica do Município.

**16.2** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor da prefeitura municipal de Ipubi ou por servidor designado pela contratante que acompanhará a execução do contrato, comunicando toda e qualquer ocorrência relacionada com o contrato determinado o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestará as notas fiscais de fornecimento para fins de pagamento.

**16.3-** O licitante vencedor terá o prazo de **02 (dois) dias úteis** contados da devida convocação, para celebrar o referido contrato, do qual farão parte integrante o edital, seus anexos, a proposta e demais documentos apresentados pelo licitante vencedor.

**16.4-** Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

**16.5-** Na hipótese de a adjudicatária não atender as condições acima ou recusar a assinar o contrato e não apresentar justificativa porque não o fez, a Administração convocará a segunda empresa classificada e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, obedecendo o disposto nos incisos XXII e XXIII do Decreto nº 3.555/2000 e parágrafo 2º do art. 64 da Lei 8.666/93.

**16.6-** Incumbirá a contratante providenciar, à sua conta, a publicação do extrato do contrato nos quadros de aviso dos órgãos públicos municipais, até 20 (vinte) dias da assinatura do contrato. O mesmo procedimento se adotará com relação aos possíveis termos aditivos.

**16.7-** O licitante adjudicatário se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação.

**16.8-** O termo de contrato só poderá ser alterado em conformidade com o disposto no art. 65 da Lei 8.666/93.

**16.9-** O presente edital e seus anexos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante do contrato a ser firmado, independente de transcrição.

## **17- DAS OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO(A)**

**17.1-** Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Ipubi ou Secretaria Municipal de Educação.

**17.2-** Manter a compatibilidade com as obrigações assumidas durante todo o processo desta compra.

**17.3-** Substituir as suas expensas, todo e qualquer produto entregue em desacordo com as especificações exigidas, padrões de qualidades exigidos, com defeito, vícios ou que vier a apresentar problemas quanto ao seu uso dentro do período de garantia.

**17.4-** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até o término do contrato de fornecimento da merenda escolar, incluindo as entregas feitas por transportadora.

**17.5-** Responsabilizar-se pela fiel entrega dos produtos nos prazos estabelecidos.

**17.6-** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução do contrato.

**17.7-** Aceitar as mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado no contrato, na forma do art. 65 §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

## **18- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**18.1-** Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor/contratado possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo de venda.

**18.2-** Rejeitar no todo ou em parte, o produto entregue em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor, inclusive com prazo de validade insuficiente.

**18.3-** Providenciar os pagamentos devidos à contratada nos prazos acordados e de acordo com as Notas Fiscais/Faturas emitidas e atestados os recebimentos dos produtos pela Prefeitura e Secretarias Municipais.

## **19- DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

**19.1-** O contrato resultante da presente licitação terá vigência a partir de sua assinatura, tendo validade de 11 meses, podendo ser prorrogado por aditivo por iguais períodos.

---

## **20- DO REAJUSTE E DA QUALIDADE E DO ACEITO DOS PRODUTOS**

**20.1-** O valor será fixo e irrevogável, salvo nos casos previstos na Lei.

**20.2-** A qualidade dos produtos para todos os itens deverá ser de acordo com o especificado no Anexo I – Termo de Referência, do presente Edital.

**20.3-** O aceite dos produtos, objeto deste Pregão, dar-se-á após o recebimento dos mesmos, consistindo na comparação do especificado na nota fiscal com o constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital. Caso haja divergência constatada na comparação, ou as especificações exigidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital, os produtos serão substituídos. O aceite completar-se-á após o atesto do servidor da Prefeitura, encarregado do recebimento ou seu substituto, o qual será apostado no verso da Nota Fiscal.

## **21.0- DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO**

**21.1-** A(s) empresa(s) vencedora(s) da licitação terá(ão) o prazo máximo de 03 (três) dias corridos para a entrega dos produtos, contados a partir da data de recebimento da ordem de compra, onde deverão ser faturados de acordo com o solicitado, e enviado juntamente com respectivas fatura e Nota Fiscal e apresentar recibo em 02 (duas) vias, além da cópia da ordem de compra;

**21.2-** O recebimento dos produtos dar-se-á por conta da Gestora de Contratos e/ou servidor designado pela Secretaria de Educação do Município de Ipubi/PE.

**21.3-** Os produtos serão entregues no local determinado na ordem de compra, no horário das 08:00hs as 13:00h, de segunda a sexta-feira.

## **22- DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**22.1-** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas dispostas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como legislação pertinente, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução, total ou parcial.

## **23- DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

**23.1-** A fiscalização do contrato será exercida pela Secretaria de Educação ou por representante designado para este fim.

**23.2-** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

**23.3-** O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do município de Ipubi e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

**23.4-** A contratante se reserva ao direito de rejeitar no todo os produtos entregues em desacordo com os termos do presente edital e respectivo contrato.

## **24- DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

**24.1** – O pagamento dar-se-á em conformidade com o fornecimento mensal, de acordo com o quantitativo efetivamente entregue, com a confirmação do atendimento dos produtos com as especificações exigidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital e atesto da fatura pelo servidor da Prefeitura de Ipubi;

**24.2** – O pagamento pelo fornecimento dos produtos, objeto deste Edital, dar-se-á no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, através de nota de empenho emitida pelo Setor de Contabilidade desta Prefeitura de Ipubi, a contar do atestamento da nota fiscal;

**24.3** – Não será concedido reajuste ou correção monetária do valor da proposta de preços;

**24.4** – Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial da proposta de preços, na ocorrência de fato superveniente que implica a inviabilidade de sua execução;

**24.5-** No caso de eventual atraso no pagamento, o valor devido será acrescido de juros moratórios de 0,5 (zero virgula cinco por cento) ao mês, apurados desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento calculados “pro rata die” sobre o valor da nota fiscal/fatura.

**24.6-** No ato do pagamento será comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação, quanto a situação de regularidade da empresa.

---

## **25- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ESTIMATIVA DE PREÇOS**

**25.1-** Os recursos financeiros para pagamento das despesas com a aquisição dos produtos correrão por conta de recursos provenientes do Programa Nacional de Alimentação Escolar:

Programa PNAE, Ensino Fundamental, Pré-Escolar, Novo Mais Educação, EJA, BRALF e PNAP e Creche

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

PNAE- 12.306.0007.2092.0000

PNAP- 12.365.0007.2097.0000

CRECHE- 12.122.0006.2096.0000

Elemento Despesa 3.3.90.30.00

### **25.2- DA ESTIMATIVA DE PREÇOS**

**25.2.1-** Valor Estimado para os itens 01 a 40: R\$ 1.062.629,25 (um milhão, sessenta e dois mil, seiscentos e vinte e nove reais e vinte e cinco centavos).  
).

## **26- DA RESCISÃO DO CONTRATO**

**26.1-** O contrato poderá ser rescindido pelos motivos especificados nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e nas formas previstas nos artigos 79 e 80 da referida lei e suas alterações posteriores.

**26.2-** A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas no instrumento convocatório, pela contratada, assegurará à contratante o direito de dá-lo por rescindido mediante notificação entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

**26.3-** Os procedimentos de rescisão contratual, tanto amigável, como os determinados por ato unilateral da contratante, serão formalmente motivados, assegurando o contraditório e a ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da interessada para que, se o desejar apresente defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados de seu recebimento e, na hipótese de desistir da defesa, interpor recurso hierárquico no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

**26.4-** Não caberá a contratada indenização de qualquer espécie seja a que título for, se o contrato vier a ser rescindido em decorrência de descumprimento das normas nele estabelecidas.

**26.5-** Independentemente do disposto nesta cláusula, o contrato poderá ser rescindido por livre decisão da prefeitura municipal de Ipubi, a qualquer época, sem que caiba a contratada o direito de reclamação ou indenização a qualquer título, garantindo-lhe apenas o pagamento do material fornecido/produtos e devidamente recebidos deduzido o valor correspondente às multas porventura existentes.

**26.6-** A inexecução total ou parcial deste processo, dará ensejo à sua rescisão, assegurada a prévia defesa em observância das disposições deste e da Lei nº 8.666/93, notadamente nos artigos 70; 71; 72; 73; 74; 75; 76; 77; 78; 79 e 80 da Lei 8.666/93, e suas modificações, sem prejuízo das penalidades determinadas em lei e neste instrumento.

**26.7-** Constituem motivos para rescisão do contrato

- a)- O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b)- O cumprimento irregular das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- c)- A lentidão do seu cumprimento, levando o Prefeitura Municipal de Ipubi a a comprovar a impossibilidade de aquisição dos produtos nos prazos estipulados.
- d)- Não iniciar ou contrato de fornecimentos dos produtos dentro prazo de até **03 (três) dias corridos** para entregar os produtos, a contar da data de emissão da Ordem de Fornecimento e requisição pelo Município.
- e)- Paralisar o fornecimento dos produtos por mais de 07 (sete) dias consecutivos, sem justa causa e prévia comunicação ao Município;
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contrato com outrem, a cessão ou incorporação do(a) contratado(a), não admitidas neste edital e no contrato, sem anuência do órgão.
- g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;

h)- o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em livro de ocorrência.

i)- a decretação de falência ou instauração de insolvência civil;

j)- a dissolução da sociedade;

k)- Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato;

l)- Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratado e exarado processo administrativo a que se refere o contrato.

m)- Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo município, decorrentes de produtos, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que se normalize a situação;

n)- A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva do fornecimento dos produtos;

**26.8-** Em caso de rescisão contratual nas formas previstas no subitem 26.7, alínea “a” até “n”, terá o contratado o direito, exclusivamente, ao pagamento da aquisição dos produtos.

**26.9-** Quando a rescisão ocorrer com base no subitem 26.7, alínea “i” até “n”, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

a)- Pagamentos devidos pela execução do contrato até a rescisão.

## **27- DAS PENALIDADES**

**27.1-** O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio a citação e ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a administração pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem

---

prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e demais cominações legais.

**27.2-** A contratada ficará ainda sujeita as seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora na execução ou atraso injustificado do objeto desta Licitação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda garantida a prévia e ampla defesa, serão aplicadas às seguintes cominações, cumulativamente ou não:

I – advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87 da Lei nº 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos;

a)- descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;

b)- outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II – multa, que deverá ser recolhida através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, em qualquer agência integrante da rede de arrecadação, nos seguintes termos:

a) pelo atraso no fornecimento, em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor global, por dia decorrido, até o limite de 10% do valor dos bens não entregues;

b) pela recusa em realizar o fornecimento, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do(s) bem(ns);

c) pela demora em substituir o bem rejeitado ou corrigir falhas do produto fornecido, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição, 2% (dois por cento) do valor do bem, por dia decorrido, até o limite de 10% do valor dos bens não substituídos/corrigidos;

d) pela recusa da Contratada em corrigir as falhas no fornecimento, entendendo-se como recusa o fornecimento não efetivado nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do fornecimento rejeitado;

e) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei 8.666/93, com alterações, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento;

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Contratante, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Contratante, pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

**27.3-** Além das penalidades citadas, a Contratada ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações.

**27.4-** As multas estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 20% (vinte por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

**27.5-** Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à Contratada as importâncias alusivas às multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em dívida ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

**27.6-** O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal de Ipubi-PE, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado no pagamento a que a contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito na Dívida Ativa do Município de Ipubi e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

**27.7-** As sanções previstas nos incisos III e IV do item 27.2 supra, poderão ser aplicadas às empresas que, em razão do contrato objeto desta licitação.

I- Praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

II- Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a administração pública, em virtude de atos ilícitos praticados;

III- Sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

**27.8-** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 27.2 supra, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**27.9-** A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita a multa de 5,00% (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

**27.10-** As sanções previstas no item 27.7 supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o termo de contrato, de acordo com este edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem o seu desinteresse.

## **28- DA FRAUDE E CORRUPÇÃO**

**28.1-** As licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

## **29- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**29.1-** Ficará assegurado ao Pregoeiro e a Secretaria de Administração do Município de Ipubi o direito de:

**29.1.1-** Adiar a data de abertura da presente licitação, dando conhecimento aos interessados, notificando por escrito, às licitantes que tenham retirado o edital, com antecedência mínima de pelo menos 24 (vinte e quatro) horas, antes da data inicialmente marcada.

**29.1.2-** Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, desde que ocorrentes a hipóteses de ilegalidades ou interesse, dando ciência aos interessados.

**29.2-** A participação neste pregão implicará aceitação integral e irrevogável das normas do edital e do termo de referenciam, bem como na observância dos

preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnações e recursos.

**29.3-** É facultada ao Pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

**29.4-** O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimo ou supressões, conforme previsto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93 e § 2º, inciso II do art. 65 a Lei 9.648/98;

**29.5-** Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**29.6-** Será(ão) lavrada(s) ata(s) do(s) trabalho(s) desenvolvido(s) em ato público do Pregão, será assinado pelo Pregoeiro, ressaltando-se que poderá constar a assinatura da equipe de apoio, bem como de representantes credenciados, sendo-lhes facultado este direito.

**29.7-** Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Prefeitura Municipal de Ipubi-PE, não será, em nenhum caso, responsável por estes custos, independentemente de condução ou do resultado do processo licitatório.

**29.8-** As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, atendidos os interesses públicos e o da administração, sem comprometimento da segurança da contratação. Os casos omissos poderão ser resolvidos pelo Pregoeiro durante a sessão.

**29.9-** O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante desde que sejam possíveis as aferições das suas qualidades e as exatas compreensões da sua proposta durante a realização da sessão pública deste pregão.

**29.10-** A adjudicação e a homologação do resultado desta licitação não implicarão direito a contratação.

**29.11-** Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital.

**29.12-** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia de início da contagem e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e se vencem os prazos em dia de expediente normal no Município de Ipubi, exceto quando for expressamente estabelecido em contrário.

**29.13-** Qualquer modificação neste edital será divulgada pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.

**29.14-** Os produtos deverão ser entregues rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste edital e seus anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa, com a aplicação das penalidades contratuais.

**29.15-** Caso a licitante se recuse a executar o objeto contratual ou venha a fazê-lo fora das especificações estabelecidas, a Prefeitura Municipal de Ipubi-PE, poderá independentemente de qualquer aviso ou notificação rescindir o contrato e optar pela convocação de demais licitantes na ordem de classificação.

**29.16-** Na hipótese de não haver expediente na data marcada para o recebimento dos envelopes contendo a documentação e proposta, a data de abertura ficará transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecidos.

**29.17-** Quaisquer dúvidas porventura existentes ou solicitações de esclarecimentos sobre o disposto no presente edital, deverão ser objeto de consulta, por escrito, à comissão permanente de licitação com endereço mencionado no preâmbulo deste edital, dentro do prazo legal, que serão respondidas, igualmente por escrito, depois de esgotado o prazo de consulta, por meio de circular encaminhada somente aos que se cadastrarem mediante termo de retirada do edital. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone nº (0xx87) 3881-1156.

**29.18-** As impugnações os recursos constantes deste edital, eventualmente interpostos, serão dirigidas a prefeitura municipal de Ipubi-PE, por intermédio

**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI**  
**CNPJ Nº 11.040.896/0001-59**

---

do Pregoeiro e protocolizado exclusivamente no endereço mencionado no Preâmbulo do Edital.

**29.19-** Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro e Equipe.

**29.20-** Os interessados, ao participarem do Pregão expressam, automaticamente, sua total concordância aos termos deste edital, não podendo alegar, posteriormente, desinformação sua ou de representante.

**29.21-** Este edital está disponível gratuitamente no endereço indicado adiante:

Sala da Comissão Permanente de Licitação, na sede da Prefeitura  
Pça. Agamenon Magalhaes, s/n, centro, Ipubi-PE, CEP 56.260-000  
Telefone/Telefax (0xx87)3881-1156

E-mail: [wilsonpublicitacao@hotmail.com](mailto:wilsonpublicitacao@hotmail.com)

Ipubi-PE, 21 de janeiro de 2019.

---

Wilson Alves da Silva  
Presidente da Comissão de Licitação/Pregoeiro  
Portaria nº 001/2019

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Pregão Presencial nº 002/2019**

**1.0- OBJETO**

1.1 - Fornecimento de Gêneros Alimentícios para o Programa de Alimentação Escolar dos alunos da Rede de Ensino do Município de Ipubi - PE, conforme as especificações técnicas anexadas a este Termo de Referência - Anexo I

**2.0- FUNDAMENTO LEGAL:**

2.1 - Os recursos estão previstos na Lei Orçamentária Municipal e tem amparo legal disposto na **Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 – Lei que Regulamenta o Pregão**, pelo **Decreto nº 3.555, de 08/08/2000** e nos **Decretos 5.450 e Decreto nº 5.504 da Presidência da República**, editados respectivamente em 31 de maio e 05 de agosto de 2005 e na **Lei 8.666/93** e suas alterações posteriores.

**3.0- JUSTIFICATIVA:**

3.1- Os produtos serão usados para atendimento aos alunos do Ensino da **REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL, PROGRAMA PNAE, ENSINO FUNDAMENTAL, PRÉ-ESCOLAR, NOVO MAIS EDUCAÇÃO, EJA, BRALF E PNAP E CRECHE** visando a melhoria na Educação e nas condições de aprendizado dos alunos para exercício de 2019.

**4.0- DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS**

4.1– A critério da Nutricionista do Município de Ipubi/PE, os Licitantes vencedores poderão entregar até a assinatura do contrato, na Sede da Secretaria Municipal de Educação de Ipubi - PE, no horários das 08:00 as 13:00 horas de segunda a sexta-feira, 01 (uma) amostra de cada produto cotado, em embalagem igual a que será entregue por ocasião do fornecimento, devidamente identificada de acordo com o descrito adiante, obedecendo rigorosamente as especificações mínimas constante do Termo de Referência,

aconditionadas em envelopes devidamente separados, lacrados e indevassáveis.

## **5.0-DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**5.1-** Na proposta de preços deverá constar discriminação detalhada do produto, embalagem, tipo ou modelo, marca, a quantidade solicitada, o valor unitário e total, em moeda nacional, já considerando todas as despesas, tributos, fretes, transportes e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os produtos, mesmo que não estejam registrados nestes documentos;

**5.2-** A empresa deverá fazer constar na sua proposta a garantia dos produtos contra qualquer defeito de fabricação ou de embalagem sob pena de constatado alguma imperfeição, ter os produtos devolvidos e a empresa submetida às penalidades da Lei, além do registro da falha no Cadastro de Fornecedores Municipais.

**5.3-** Será considerada vencedora a empresa cuja proposta contenha o menor valor por item, desde que atenda as exigências contidas neste Termo de Referência e no Edital de Pregão.

## **6.0-DO FORNECIMENTO E VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**6.1-** Para o fornecimento dos produtos serão emitidas as ordens de Compras, em conformidade com as propostas vencedoras, para as empresas vencedoras de cada item.

**6.2-** O prazo de vigência do contrato será de 11 meses, podendo ser prorrogado por aditivo por iguais períodos.

## **7.0-DO REAJUSTE**

**7.1-** O valor será fixo e irrevogável, salvo nos casos previstos na Lei.

## **8.0 - LOCAL E PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS.**

**8.1-** Os produtos deverão ser entregues no depósito da Merenda Escolar da Secretaria Municipal de Educação do Município de Ipubi/PE, no horário de 08:00 às 13:00 horas de segunda a sexta-feira, conforme calendário fornecido posteriormente pela Secretaria Municipal de Educação.

**8.2- “Os Produtos Congelados”** só serão recebidos se forem transportados em caminhão frigorífico, conservando-os em perfeitas condições de refrigeração e que não apresentem características de processo de

descongelamento, conforme calendário fornecido posteriormente pela Secretaria Municipal de Educação de Ipubi;

**8.3-** A(s) empresa(s) vencedora(s) da licitação terá(ão) o prazo máximo de 03 (três) dias corridos para a entrega dos produtos, contados a partir da data de recebimento da ordem de compra, onde deverão ser faturados de acordo com o solicitado, e enviado juntamente com respectivas Fatura e Nota Fiscal e apresentar recibo em 02(duas) vias, além da cópia da ordem de compra.

**8.4-** Os produtos serão recebidos por servidor designado e responsável pelo Setor da Merenda Escolar da Prefeitura de Ipubi.

## **9.0 - DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS**

**9.1-Provisoriamente**, no ato da entrega dos produtos, para efeito de posterior verificação da sua conformidade com as especificações constantes da proposta da empresa, marca, tipo ou modelo, embalagem e especificações técnicas e nível de desempenho mínimo exigido.

**9.2- Definitivamente** no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do prazo da condição anterior, após a verificação da qualidade e quantidade do produto solicitado e consequente aceitação mediante termo de recebimento definitivo assinado pelas partes.

**9.3-** Se na entrega estiver presente um representante do fornecedor, o recebimento será definitivo verificando-se a conformidade do produto com a proposta do fornecedor, especificações marca, tipo ou modelo, embalagem, e conferindo-se a quantidade e preços unitários e totais conforme o solicitado através da ordem de compra.

## **10 - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**10.1-**O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas dispostas na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, bem como legislação pertinente, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução, total ou parcial.

## **11.0 - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA**

**11.1** - A fiscalização do Contrato será exercida pela Secretária Ordenadora de Despesa ou por servidor por ele designado para esse fim.

**11.2-** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

**11.3-**A fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município de Ipubi/PE e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

## **12.0 - DA RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR**

**12.1** - Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Ipubi – PE.

**12.2-** Manter a compatibilidade com as obrigações assumidas durante todo o processo desta compra.

**12.3-** Substituir as suas expensas, todo e qualquer produto entregue em desacordo com as especificações exigidas, padrões de qualidade exigidos, com defeitos, vícios ou que vier a apresentar problemas quanto ao seu consumo dentro do período de garantia.

**12.4-** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do produto a **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO** incluindo as entregas feitas por transportadoras.

**12.5-** Responsabilizar-se pela fiel entrega dos produtos no prazo estabelecido.

**12.6-** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução do contrato.

**12.7-** Aceitar as mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado no contrato, na forma do art. 65 parágrafo 1º e 2º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

### **13.0 - DA GARANTIA E VALIDADE DOS PRODUTOS**

**13.1-** Todos os produtos fornecidos deverão possuir garantias, referente a defeitos de fabricação, embalagens ou outros, por período mínimo de 06 (seis) meses, e de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

**13.2-** Todos os produtos deverão ter validade de no mínimo 04 (quatro) meses e ter data de fabricação a partir do mês de entrega.

### **14.0 - RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

**14.1-** Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo de venda.

**14.2-** Rejeitar no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência;

**14.3-** Providenciar os pagamentos devidos à contratada, nos prazos acordados, e de acordo com as Notas Fiscais/Faturas emitidas e atestados os recebimentos dos produtos pela Secretaria de Educação do Município de Ipubi/PE.

**14.4-** Designar servidor da Secretaria de Educação para proceder o recebimento dos produtos.

### **15.0 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**15.1 -** O pagamento será feito **por meio de cheque**, no prazo de até 30(trinta) dias, a contar da certificação se os produtos foram aceitos, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo descrição dos bens, quantidades, preços unitários e o valor total, nota de entrega atestada e comprovante de recolhimento de multas aplicadas se houver, **ou através de Ordem Bancária** contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agencia e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

**15.2.** Após a entrega dos materiais, a CONTRATADA, apresentará nota fiscal/fatura, para fins de liquidação e pagamento.

**15.3.** No prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da apresentação da nota fiscal/fatura nos termos acima.

## **16 – DOS RECURSOS**

**16.1.** As despesas referentes à aquisição do produto objeto deste Pregão, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da previsto para o exercício de 2019:

Unidade Orçamentária 12.306.0003.2092.0000

Elemento Despesa 3.3.90.30.00

Unidade Orçamentária PNAC-CRECHES- 12.365.0003.2097.0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

## **17- DA ESTIMATIVA**

**17.1-** O valor estimado desta licitação é de R\$ 1.062.629,25 (hum milhão, sessenta e dois mil, seiscentos e vinte e nove reais e vinte e cinco centavos).

Ipupi-PE, 21 de janeiro de 2019

---

Wilson Alves da Silva  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação/Pregoeiro  
Portaria n.º 001/2019

**ANEXO II**  
**ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS**

<b>PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR- PNAE</b>
<b>ENSINO FUNDAMENTAL</b>
<b>PRÉ-ESCOLAR</b>
<b>NOVO MAIS EDUCAÇÃO</b>
<b>EJA (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS)</b>
<b>BRALF (BRASIL ALFABETIZADO)</b>
<b>PNAP E CRECHE</b>

<b>ITEM</b>	<b>QUANT</b>	<b>UNID.</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>Marca</b>	<b>VALOR UNIT.</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
<b>01</b>	<b>250</b>	<b>CX</b>	<b>ACHOCOLATADO EM PÓ,</b> a base de açúcar, cacau em pó, lecitina de soja e aromatizantes. Instantâneo. Embalagem com 200g, com dados do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido e atender as Normas e/ou resoluções vigentes da ANVISA/MS. Cx c/ 24 x 200g		<b>61,20</b>	<b>15.300,00</b>
<b>02</b>	<b>120</b>	<b>CX</b>	<b>ACHOCOLATADO LIQUIDO 200ML,</b> Embalagem tetra pak com canudinho protegido em plástico. Data de validade expressa, com selos de inspeção; Cx 27 x 200ml		<b>43,20</b>	<b>5.184,00</b>
<b>03</b>	<b>300</b>	<b>FD</b>	<b>AÇUCAR CRISTALIZADO,</b> sacarose de cana-de-açúcar, na cor branca. Embalagem		<b>66,00</b>	<b>19.800,00</b>

**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI**  
**CNPJ Nº 11.040.896/0001-59**

			em polietileno, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data da fabricação, prazo de validade e atender as Normas e/ou resoluções vigentes da ANVISA/MS. Fd 30 x 01kg			
<b>04</b>	<b>100</b>	<b>CX</b>	<b>Alho nº 05 cx c/ 10 kg,</b> Graúdo, cabeça inteira, fisiologicamente desenvolvido, com bulbos curados, sem chocamento, danos mecânicos ou causado por pragas.		<b>153,00</b>	<b>15.300,00</b>
<b>05</b>	<b>05</b>	<b>CX</b>	<b>AMIDO DE MILHO,</b> aparência homogenia, livre de sujidades, parasitos e larvas, acondicionado em embalagem contendo 200g. O produto deverá estar em conformidade com as normas vigentes e/ou legislação vigente da ANVISA/MS. Rotulagem contendo no mínimo, nome do fabricante e do produto, data de fabricação e data ou prazo de validade. Cx c 5kg		<b>67,45</b>	<b>337,25</b>
<b>06</b>	<b>02</b>	<b>FD</b>	<b>ARROZ INTEGRAL</b> tipo I, 1kg, com dados do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido e atender as Normas e/ou resoluções vigentes da ANVISA/MS. Fd c/ 10kg		<b>88,00</b>	<b>176,00</b>
<b>07</b>	<b>900</b>	<b>FD</b>	<b>ARROZ PARBOILIZADO,</b> classe longo fino, tipo 1.		<b>81,00</b>	<b>72.900,00</b>

**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI**  
**CNPJ Nº 11.040.896/0001-59**

			Embalagem contendo 1kg, com dados do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido e atender as Normas e/ou resoluções vigentes da ANVISA/MS. Fardo 30 x 01kg.			
<b>08</b>	<b>01</b>	<b>CX</b>	<b>AVEIA EM FLOCOS</b> fino, 100% natural, sem aditivos ou conservantes. Embalagem com 200g, com dados do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido e atender as Normas e/ou resoluções vigentes da ANVISA/MS. Cx c/ 6kg		<b>111,60</b>	<b>111,60</b>
<b>09</b>	<b>900</b>	<b>FD</b>	<b>BEBIDA LÁCTEA</b> , embalagem plástica de 01 Litro Sabor Morango carimbos oficiais (SIF/SIE). Fd c/ 12Lt		<b>64,00</b>	<b>57.600,00</b>
<b>10</b>	<b>700</b>	<b>CX</b>	<b>BISCOITO DOCE</b> , maisena, acondicionado em embalagem contendo 400g. Com dados do produto, marca do fabricante, prazo de validade e atender as Normas e/ou Legislação vigente do Ministério da Agricultura. Cx 20 pct.		<b>76,00</b>	<b>53.200,00</b>
<b>11</b>	<b>700</b>	<b>CX</b>	<b>BISCOITO DOCE</b> , tipo MARIA, embalagem em saco polietileno de 400g. Com dados do produto, marca do		<b>76,00</b>	<b>53.200,00</b>

**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI**  
**CNPJ Nº 11.040.896/0001-59**

			fabricante, prazo de validade, peso líquido e atender as Normas e/ou Legislação vigente do Ministério da Agricultura.			
12	700	CX	<b>BISCOITO SALGADO</b> , tipo cream cracker, em embalagem contendo 400g. Com dados do produto, marca do fabricante, prazo de validade e atender as Normas e/ou Legislação vigente do Ministério da Agricultura. Cx 20 pct		70,00	49.000,00
13	40	CX	<b>CAFÉ</b> , torrado e moído de 250gr, com selo de pureza da Associação Brasileira da Indústria de Café – ABIC. Embalagem contendo data de fabricação e prazo de validade. Deverá ter registro no Ministério da Saúde e sua Portaria e Resoluções. Cx c/ 20 und.		99,00	3.960,00
14	3.000	KG	<b>CARNE BOVINA DE PRIMEIRA FRESCA (MOÍDA)</b> , resfriada (até 4°C), devidamente pesada e etiquetada. Embalagem de 01 Kg, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais (SIF/SIE).		20,00	60.000,00
15	60	CX	<b>CARNE BOVINA SALGADA</b> , charqueada(charque), pct de 500g. Embalagem em filme PVC transparente ou		240,00	14.400,00

**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI**  
**CNPJ Nº 11.040.896/0001-59**

			translúcida, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais (SIF/SIE). Cx c/ 10kg			
<b>16</b>	<b>60</b>	<b>CX</b>	<b>CEREAL INFANTIL A BASE DE ARROZ</b> 230g, pré-cozido, enriquecido com vitaminas e ferro. Acondicionado em pct plástico apropriado. Cx 12 X 230g		<b>45,60</b>	<b>2.736,00</b>
<b>17</b>	<b>800</b>	<b>KG</b>	<b>COLORÍFICO, 01 kg</b>		<b>7,20</b>	<b>5.760,00</b>
<b>18</b>	<b>400</b>	<b>KG</b>	<b>CONDIMENTO MISTO, 01 kg</b>		<b>8,30</b>	<b>3.320,00</b>
<b>19</b>	<b>1400</b>	<b>FD</b>	<b>FARINHA DE MILHO</b> , em flocos, pré-cozido, flocão, sem sal, enriquecido com ferro e ácido fólico. Isento de glúten. Embalagem de 500g em plástico isenta de sujidades e impurezas. Fd c/10 de 01g		<b>30,00</b>	<b>42.000,00</b>
<b>20</b>	<b>100</b>	<b>CX</b>	<b>FARINHA LÁCTEA</b> , embalagem de 210g, enriquecido com vitaminas e ferro. Embalagem em lata. Cx c/ 12x210G.		<b>60,00</b>	<b>6.000,00</b>

**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI**  
**CNPJ Nº 11.040.896/0001-59**

21	100	FD	<b>FEIJAO CARIOCA</b> , tipo 1. Embalagem com 1 kg, com dados do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido e atender as Normas e/ou resoluções vigentes da ANVISA/MS. Fardo c/ 30kg		185,00	18.500,00
22	120	FD	<b>FEIJAO DE CORDA</b> , tipo 1. Embalagem com 1 kg, com dados do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido e atender as Normas e/ou resoluções vigentes da ANVISA/MS. Fardo c/ 30kg		129,00	15.480,00
23	1600	CX	<b>FRANGO CONGELADO COM VÍSCERAS NÃO TEMPERADO</b> , com osso, de 1ª qualidade, congelado. Embalagem em fio PVC transparente ou translúcida, contendo identificação do produto, marca do fabricante, de acordo com as Portarias do Ministério de Agricultura, DIPOA nº 304 de 22/04/96 e nº 145 de 22/04/98, Resolução da ANVISA nº 105 de 19/05/99, da Lei Municipal / Vigilância Sanitária nº 5504/99 e Resolução RDC n/ 13 de 02/01/2001. <b>Cx c/ 20Kg</b>		144,00	230.400,00
24	02	FD	<b>LEITE EM PÓ DESNATADO</b> , 200g, Embalagem com data de fabricação, prazo de validade e registro no MA,		250,00	500,00

**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI**  
**CNPJ Nº 11.040.896/0001-59**

			inspecionado pelo SIF, fardo com 50 pct de 200g.			
<b>25</b>	<b>400</b>	<b>FD</b>	<b>LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO</b> , 200g, vitaminas A,C e D, piro fosfato férrico e emulsificante lecitina de soja. Não contém glúten. Embalagem com data de fabricação, prazo de validade e registro no MA, inspecionado pelo SIF, fardo com 50 pct de 200g.		<b>245,00</b>	<b>98.000,00</b>
<b>26</b>	<b>24</b>	<b>lata</b>	<b>LEITE EM PÓ ZERO LACTOSE</b> , Lata com 380g, vitaminas A, C, D, Fe e Ca. Embalagem com data de fabricação, prazo de validade e registro no MA, inspecionado pelo SIF,		<b>16,85</b>	<b>404,40</b>
<b>27</b>	<b>1400</b>	<b>FD</b>	<b>MACARRÃO ESPAGUETE</b> sem ovos, embalagem de 500gr, informações nutricionais e prazo de validade na embalagem, com registro no ministério competente. Fardo com 10kg		<b>35,00</b>	<b>49.000,00</b>
<b>28</b>	<b>40</b>	<b>CX</b>	<b>MARGARINA VEGETAL</b> , embalagem: pote de 500g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso liquido, de acordo com as Normas e/ou Resoluções vigentes da ANVISA/MS ou Ministério da Agricultura. Cx c/ 12 und.		<b>43,80</b>	<b>1.752,00</b>

**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI**  
**CNPJ Nº 11.040.896/0001-59**

<b>29</b>	<b>170</b>	<b>FD</b>	<b>MILHO PARA MUGUNZÁ</b> , quebrado, embalagem de 500g, sem farelos ou substâncias estranhas. Apresentando selos de inspeção, data de validade. <b>Fd 20 x 500g</b>		<b>32,00</b>	<b>5.540,00</b>
<b>30</b>	<b>100</b>	<b>CX</b>	<b>ÓLEO DE SOJA</b> , vegetal de soja, puro, refinado, sem colesterol, rico em vitamina E. embalagem: Pet com 900ml, com dados do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. De acordo com as Normas e Resoluções da ANVISA/MS. Cx c/ 20und.		<b>92,00</b>	<b>9.200,00</b>
<b>31</b>	<b>240</b>	<b>CX</b>	<b>OVOS DE GALINHA</b> , classe A, branco, ausente de sujidades, parasitas e rachaduras, embalado em material resistente, envolvidos em papel filme a cada 15 und. <b>Cx 30 Bandejas</b> . Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade		<b>207,00</b>	<b>49.680,00</b>
<b>32</b>	<b>3600</b>	<b>Pct</b>	<b>PAO tipo "hot dog"</b> , em pct com 10 unidades de 30g. Validade expressa, sem morfo.		<b>4,95</b>	<b>17.820,00</b>
<b>33</b>	<b>160</b>	<b>CX</b>	<b>PEITO DE FRANGO</b> , com osso, de 1ª qualidade, congelado. Embalagem em fio PVC transparente ou translúcida, contendo identificação do produto,		<b>210,00</b>	<b>33.600,00</b>

**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI**  
**CNPJ Nº 11.040.896/0001-59**

			marca do fabricante, de acordo com as Portarias do Ministério de Agricultura, DIPOA nº 304 de 22/04/96 e nº 145 de 22/04/98, Resolução da ANVISA nº 105 de 19/05/99, da Lei Municipal. <b>Cx c/ 20kg</b>			
<b>34</b>	<b>50</b>	<b>FD</b>	<b>SAL IODADO</b> refinado pct com 1kg. Embalagem com dados do produto, marca do fabricante, prazo de validade. Fardo c/ 30kg		<b>18,00</b>	<b>900,00</b>
<b>35</b>	<b>80</b>	<b>CX</b>	<b>SARDINHA AO MOLHO DE TOMATE</b> , em conserva. Embalagem com 130g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com as Normas e Resoluções da ANVISA/MS e Ministério da Agricultura. Cx c/50 X 130G		<b>170,00</b>	<b>13.600,00</b>
<b>36</b>	<b>200</b>	<b>FD</b>	<b>SUCO DE CAJU</b> , concentrado, integral, não fermentada, não alcóolica, sem adição de açúcar, não diluída. Conservadores: benzoato de sódio e metabissulfito de sódio, acidulante: ácido cítrico, estabilizante, aroma natural de goiaba. FD c/ 12x500.		<b>70,80</b>	<b>14.160,00</b>
<b>37</b>	<b>200</b>	<b>FD</b>	<b>SUCO DE GOIABA</b> , concentrado, integral, não fermentada, não alcóolica, sem adição de açúcar, não diluída. Conservadores: benzoato de sódio e metabissulfito de sódio,		<b>70,80</b>	<b>14.160,00</b>

**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI**  
**CNPJ Nº 11.040.896/0001-59**

			acidulante: ácido cítrico, estabilizante, aroma natural de goiaba. FD c/ 12x500.			
<b>38</b>	<b>100</b>	<b>CX</b>	<b>SUCO INDUSTRIALIZADO ENRIQUECIDO COM VITAMINAS E MINERAIS 200ML</b> , Embalagem tetra pak com canudinho protegido em plástico. Data de validade expressa, com selos de inspeção; Cx 27 x 200ml- sabor Uva		<b>47,25</b>	<b>4.725,00</b>
<b>39</b>	<b>100</b>	<b>CX</b>	<b>SUCO INDUSTRIALIZADO ENRIQUECIDO COM VITAMINAS E MINERAIS 200ML</b> , Embalagem tetra pak com canudinho protegido em plástico. Data de validade expressa, com selos de inspeção; Cx 27 x 200ml- sabor Laranja		<b>47,25</b>	<b>4.725,00</b>
<b>40</b>	<b>10</b>	<b>CX</b>	<b>VINAGRE</b> , a base de álcool, embalagem plástica de 250 ml. Contendo na embalagem dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. Cx c/ 12 unid.		<b>19,80</b>	<b>198,00</b>
<b>TOTAL ESTIMADO</b>						<b>R\$</b> 1.062.629,25

Estimativa R\$ 1.062.629,25 (hum milhão, sessenta e dois reais, seiscentos e vinte e nove reais e vinte e cinco centavos).

Wilson Alves da Silva  
 Presidente da Comissão Permanente de Licitação/Pregoeiro  
 Portaria n.º 001/2019